

I ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA

EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA E OCUPACIONAL DA POPULAÇÃO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL

Área Temática: Emprego, Mercado de Trabalho e Demografia Econômica

Resumo

O trabalho analisa a evolução demográfica no Rio Grande do Sul nas décadas recentes e procura fazer uma relação entre esta dinâmica e o crescimento da população economicamente ativa (PEA) no Estado, dedicando especial atenção ao comportamento da população rural e do emprego na agricultura. A partir da análise da dinâmica demográfica discute-se a localização dos focos de expulsão da população rural indicando-se que estes se encontram nas áreas chamadas de rural privado onde se localizam estabelecimentos majoritariamente agropecuários. A partir desta verificação conclui-se que a redução da população rural gaúcha decorre da expulsão das pessoas ocupadas em atividades agrícolas e que este processo ocorre, sobretudo, na região não-metropolitana em áreas rurais onde predominam o cultivos de lavouras como milho, soja e fumo.

Sergio SCHNEIDER¹

Porto Alegre, fevereiro de 2002

¹ Sociólogo, Mestre e Doutor em Sociologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: schneide@vortex.ufrgs.br. O autor registra seus agradecimentos à FAPERGS e ao CNPq pelo apoio que vêm recebendo para continuidade de suas pesquisas. A tabulação de dados e a preparação das tabelas contou com a ajuda do bolsista PIBIC-CNPq Guilherme F.W. Radomsky, a quem o autor também registra seus agradecimentos.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar uma análise correlacionada entre a dinâmica de evolução da população rural e o emprego na agricultura do Rio Grande do Sul, focalizando especialmente a ocupação da população economicamente ativa (PEA) em atividades agrícolas. Mediante a utilização dos dados da PNAD, organizados segundo novos cortes censitários, foi possível verificar que na década de 1990 houve uma queda significativa do êxodo rural em comparação as décadas anteriores. Além disto, também verificou-se que a redução da população rural gaúcha concentra-se na áreas rurais da região não-metropolitana.

Em relação à ocupação da população rural, o trabalho apresenta dados desagregados segundo os ramos, setores e ocupações individuais da população rural, o que permite verificar quais são as atividades agrícolas que mais dispensam a contratação de trabalhadores e qual sua condição na ocupação. Também neste caso, os dados apresentados referem-se à década de 1990, mais precisamente no período compreendido entre 1992 e 1999.

2. Considerações Metodológicas

As informações aqui utilizadas sobre a dinâmica populacional foram extraídas dos Censos Demográficos do IBGE e os dados sobre o desempenho ocupacional da população rural são resultantes de tabulações especiais da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD, produzidas no escopo do Projeto Rurbano². A PNAD é uma pesquisa estruturada por processos estatísticos e se baseia em projeções de crescimento da população, o que faz com que à medida que ocorre o distanciamento da data do censo de referência aumentem, proporcionalmente, as possibilidades de erro que, na verdade, constitui-se em um problema relacionado à obtenção dos fatores de expansão da amostra. Em relação aos dados aqui utilizados, este problema específico foi superado pelo Projeto Rurbano à medida que foram sendo introduzidos testes de significância, que nas tabelas aparecem ao lado direito dos números com o símbolo “asterisco” indicado o seu grau. Conforme salientado por Graziano da

² O Projeto Rurbano é um esforço de um grupo de pesquisadores de diversos Estados que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural brasileiro nas últimas décadas. Trata-se de um projeto temático de equipe com apoio da Fapesp, coordenado pelo Professor José Graziano da Silva, da UNICAMP. Maiores informações estão disponíveis na *home-page* <http://www.eco.unicamp.br>

Silva e Del Grossi (1997), os testes de significância são calculados pelo “teste *t*” (de *Student*), que permite verificar a significância ou não dos dados entre dois períodos (no caso entre 1992 e 1999).

Outro aspecto relacionado à PNAD, que merece uma explicação adicional, é a forma de enumeração da população segundo o critério de atividade de ocupação. Em 1992 a metodologia de levantamento foi modificada pelo IBGE, tanto no que se refere à cobertura temática como, principalmente, em relação ao conceito de “trabalho”. O IBGE passou a considerar como “ocupadas” as pessoas de 10 anos ou mais de idade que realizavam algum trabalho (remunerado ou não) durante pelo menos uma hora, na semana de referência (período de coleta das informações), visando captar determinados grupos de pessoas envolvidos em atividades econômicas que anteriormente não eram incluídas, abandonando o critério anterior que considerava ocupadas as pessoas que se envolviam em atividades durante pelo menos quinze horas de trabalho. Por considerar demasiadamente flexível este critério, o Projeto Rurbano considerou que seria mais adequado manter o critério de ocupação anterior do IBGE, que considera como ocupada a pessoa que trabalha pelo menos 15 horas por semana em atividades remuneradas. Assim, os dados apresentados neste trabalho passaram por um ajuste estatístico e referem-se, na verdade, a um conceito de PEA mais restrito do que aquele utilizado pelo IBGE a partir de 1992 (Graziano da Silva e Del Grossi, 1997a; Del Grossi, 1999).

Um dos aspectos mais importantes a ser ressaltado refere-se às definições quanto à situação do domicílio e das novas aberturas introduzidas pelo IBGE, a partir do Censo de 1991. Até esta data, o IBGE apoiava-se exclusivamente na definição da delimitação dos perímetros urbanos das cidades, definidas pela legislação municipal vigente no período do censo, para determinar a situação do domicílio. A partir do Censo Demográfico de 1991 outras unidades territoriais foram introduzidas, o que resultou em vários sub-níveis de agregação: urbano exclusive; urbanas não-urbanizadas; urbanas isoladas; rural extensão urbana; rural povoados; rural núcleos; rural outros e rural exclusive. Como estes sub-níveis de agregação também estão disponíveis para as PNADs realizadas a partir de 1992, o Projeto Rurbano considerou possível introduzir um novo corte a partir destas definições. Assim, além do corte rural e urbano como indicador da localização dos domicílios passou-se a operar também com o corte que separa as informações segundo a área metropolitana (metro) e não-metropolitana

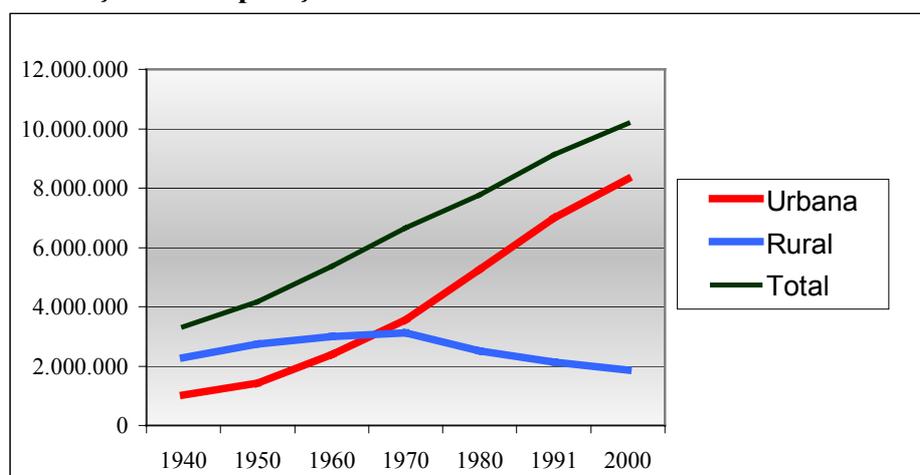
(não-metro). Para efeito da análise que será empreendida neste trabalho, os novos cortes do IBGE foram reagrupados a partir dos resultados obtidos através da reclassificação dos microdados das PNADs, uma vez que os vários sub-níveis acabaram dispersando os dados e complicando a sua leitura por um público menos especializado. Assim, o esforço da equipe do Projeto Rurbano consistiu em um processo de reclassificação formando quatro novos sub-níveis, sendo os três primeiros considerados urbanos e apenas o último como rural:

- a) **Urbano:** é o urbano exclusivo;
- b) **Periferias:** trata-se da agregação do urbano não-urbanizado com o rural extensão do urbano;
- c) **Distritos e Povoados:** trata-se da agregação do urbano isolado com rural povoado e rural outros;
- d) **Rural Privado:** trata-se da agregação do rural núcleo com o rural exclusivo.

2. O padrão de evolução de demográfica do Rio Grande do Sul – 1940-2000

Para se compreender a dinâmica do mercado de trabalho rural gaúcho no período recente pode ser sugestiva uma reflexão sobre o desenvolvimento demográfico mais geral da população rural. Segundo dados preliminares do Censo Demográfico de 2000, do IBGE, o Rio Grande do Sul conta atualmente com uma população de 10 milhões de habitantes, sendo que 81,65% reside em áreas urbanas e 18,35% residem no meio rural. O Gráfico 1, a seguir, indica que a evolução demográfica do Estado entre 1940 e 2000 acompanhou a rápida ampliação da população brasileira, que foi mais intensa nas décadas de 1960 e 1970. No caso gaúcho verifica-se um padrão relativamente constante, mantendo-se um crescimento que entre a década de 1950 e 1970 foi de cerca de 2,2%a.a., reduzindo-se a partir de então para 1,5%a.a. entre 1980 e 1991 e para algo em torno de 1% entre 1991 e 2000.

Gráfico 1. Evolução das Populações Rural e Urbana. 1940-2000. Rio Grande do Sul.



Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1940-2000

Segundo alguns demógrafos, este crescimento demográfico menos acelerado é uma característica geral da população brasileira, que pode ser atribuído à queda da taxa de fecundidade (indicando-se como uma das causas possíveis a esterilização induzida de mulheres jovens, sobretudo das camadas mais pobres) e ao aumento do controle da natalidade, quer seja por meio dos métodos anticonceptivos cada vez mais eficientes ou mesmo através do planejamento familiar (Berquó, 1990; Perpétuo e Aguirre, apud Jardim, 2000).

Interessante observar que o processo de urbanização do Rio Grande do Sul afirmou-se durante a década de 1960, quando pela primeira vez em sua história a população urbana superou a população rural. Igualmente notável é o fato de que ao se observar a linha (em cor vermelha no Gráfico) da população urbana verifica-se que ela ascende muito mais rapidamente do que decresce a linha (de cor azul) que representa a população rural, o que pode ser atribuído a maior taxa de fecundidade da população urbana.

3. A década de 1990: a focalização do êxodo nas áreas rurais exclusivamente agrícolas

Especificamente em relação à década de 1990, os dados preliminares do Censo Demográfico de 2000 indicam que a população rural ainda continua em queda, provocada por sua diminuição relativa em relação a população total. Todavia, deve-se registrar que esta redução é sensivelmente menos significativa que a da década anterior, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1. Rio Grande do Sul. Evolução da população total, rural e urbana -1970-2000

	1970		1980		1991		2000	
Urbana	3.553.006	-	5.250.940	67,5	6.996.542	76,6	8.312.899	81,6
Rural	3.111.885	-	2.522.897	32,5	2.142.128	23,4	1.868.850	18,4
Total	6.664.891	-	7.773.837	100	9.138.670	100	10.181.749	100

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1970-2000

Quando se analisa a evolução da população a partir das PNADs, as informações sobre a redução da população rural na década de 1990 (1992-1999) assumem outra conotação explicativa. Segundo a PNAD a diminuição da população rural do Rio Grande do Sul teria sido significativamente menor do que aquela indicada pelos dados censitários. Para entender esta diferença é preciso tecer algumas considerações sobre a forma de levantamento dos dados de cada uma destas fontes. Primeiro, deve-se enfatizar que a PNAD é uma pesquisa amostral

com base no Censo; ou seja, as amostras das PNADs para cada ano da década de noventa são calculadas a partir do Censo Demográfico de 1991, conforme já explicitamos na metodologia. Segundo, a distribuição dos setores censitários entre urbano e rural muda de um Censo para outro em razão da atualização (ou criação, no caso de novos municípios) dos perímetro urbanos dos municípios, o que provoca uma expansão da área sua urbana.

Em razão disto, Graziano da Silva e Del Grossi (2001), afirmam que “as áreas urbanas são sempre maiores a cada censo. Se formos rigorosos ao comparar os dados agregados de rural e urbano dos vários censos, teríamos que desagregar sempre a população das áreas urbanas em, pelo menos, dois subconjuntos: aquela que realmente emigrou de áreas rurais para urbanas; e aquela fração que, sem sair da área rural onde morava, foi *urbanizada* pela mudança de classificação do seu setor censitário entre um censo e outro de rural para urbano. Isso acontece porque a cada censo os distritos censitários – que é a unidade de área física utilizada pelo IBGE para levantamento dos dados - são reclassificados em rurais ou urbanos. Assim, uma área considerada rural em 1991, pode ter se tornado uma área urbana em 2000 por conta dessa atualização cartográfica”.

Embora tenha outras limitações, neste caso a PNAD possui uma vantagem sobre o censo, pois ela não sofre os efeitos desta reclassificação de áreas urbanas e rurais que ocorre de um censo para outro justamente por se tratar de uma pesquisa amostral cuja base de dados é expandida a partir do universo do último censo disponível (no caso da década de noventa seria o censo demográfico de 1991). Portanto, os setores censitários permanecem inalterados. Como exemplo das diferenças que o efeito classificatório pode ocasionar na contagem populacional, pode-se tomar o caso da evolução da população rural do Rio Grande do Sul. De acordo com os Censos Demográficos a população rural do Estado teria passado de 2,142 milhões em 1991 para 1,868 milhões e 2000, uma redução absoluta de 274 mil pessoas. Mas, consultando-se os dados da PNAD, na Tabela 2, verifica-se que em 1992 (primeiro ano da PNAD na década) a população rural era de 2,110 milhões de pessoas e em 1999 havia diminuído para 2,034 milhões de pessoas, perfazendo uma queda de apenas 76 mil pessoas. Esta diferença de quase 200 mil pessoas pode estar relacionada a superestimação da população rural nas PNADs ou, conforme chamam a atenção Graziano da Silva e Del Grossi (2001), esta diferença deve-se à mudança de classificação de áreas consideradas rurais em 1991 que passaram a ser urbanas em 2000.

Tabela 2. Rio Grande do Sul. População total, urbana e rural, e PEA rural, metro e não-metropolitana, segundo ramos de atividade 1992-99.(1.000 pessoas).

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxas de crescimento % aa	
								1992/99	1996/99
Total da População do RS	9.246,79	9.355,55	9.572,21	9.678,41	9.787,18	9.891,86	9.996,46	1,1***	1,1***
Total da População Urbana	7.136,38	7.298,19	7.565,94	7.673,67	7.795,86	7.841,81	7.961,56	1,6***	1,2***
Total da População Rural	2.110,40	2.057,36	2.006,28	2.004,73	1.991,32	2.050,05	2.034,90	-0,4*	0,7
Total da População Metro	3.050,97	3.092,53	3.191,39	3.237,21	3.284,14	3.329,31	3.374,44	1,5***	1,4***
Urbana	2.930,75	2.964,30	3.060,86	3.097,92	3.145,94	3.162,66	3.209,79	1,3***	1,1***
Rural	120,22	128,23	130,53	139,29	138,20	166,65	164,64	4,6***	7,1*
Total da Pop. Não-Metro	6.195,82	6.252,53	6.380,83	6.441,19	6.503,04	6.562,55	6.622,02	1,0***	0,9***
Urbana	4.205,64	4.329,03	4.505,08	4.575,76	4.649,92	4.679,15	4.751,77	1,7***	1,2***
Rural	1.990,18	1.923,49	1.875,75	1.865,44	1.853,13	1.883,40	1.870,26	-0,8***	0,2

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***,**,* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Desse modo, pode-se afirmar que a *novidade* que resulta da consulta aos dados populacionais da PNAD da década 1990 está na significativa alteração do comportamento da população rural, que parece não estar mais sendo reduzida em velocidade semelhante as décadas anteriores. Com base no dados da PNAD de vários anos da década de 1990, expostos na Tabela 2, acima, é possível verificar que a taxa de crescimento da população urbana do Rio Grande do Sul, que era de 1,6%a.a. entre 1992 e 1999, diminuiu para 1,2%a.a. entre 1996 e 1999. A população rural, por sua vez, passou de 2.110.400 habitantes em 1992 para 2.034.900 em 1999, reduzindo seu ritmo de queda, que foi de apenas 0,4%a.a. na década. A inversão parece se corroborar ao observar-se apenas o período 1996-1999, quando se percebe mais claramente a tendência à desaceleração da urbanização da população e ao aumento, de pequena proporção, da ordem 0,7%a.a., da população domiciliada em áreas rurais.

Mais do que isto, além de estar havendo um arrefecimento no abandono das áreas rurais, parece estar ocorrendo um processo de focalização do êxodo rural. Esta alteração demográfica, pode ser melhor entendida quando se utiliza o corte metro e não-metropolitano. No período 1992-1999, a população metropolitana gaúcha cresceu a uma taxa de 1,5%a.a. e a não-metro a 1,0%a.a.. Em ambas as situações, a população residente nas áreas urbanas aumentou (1,3% a.a. na metro e 1,7%a.a. na não-metro) ao passo que as pessoas residentes em áreas rurais somente aumentaram na região metropolitana (4,6%a.a. entre 1992-99 e 7,1%a.a. entre 1996-99), registrando queda de 0,8%a.a. na região não-metropolitana.

Este indício de que as migrações partem da área rural da região não-metropolitana pode ser confirmado mediante consulta as Tabelas 3 e 4, a seguir, onde constata-se que no Rio

Grande do Sul o êxodo rural parece concentrar-se nas sub-áreas denominadas de *rural privado* da zona não-metropolitana, onde registrou-se uma queda de 0,8%a.a. entre 1992 e 1999. Ao contrário do que muitas vezes se imagina, as Tabelas abaixo permitem visualizar que as pessoas que deixam a região não-metropolitana do Estado em direção às cidades (áreas classificadas como *urbanas* ou *periferias* tanto da região metro como não-metropolitana) não provêm das sub-áreas *distritos e povoados* mas daquelas definidas como *rural privado*. É nestas sub-áreas onde se localizam os domicílios particulares e os estabelecimentos agropecuários, indicando que ali predomina a atividade agrícola como ocupação principal. O fato de ser um área rural não pode mais ser considerado como fator de expulsão, pois na sub-área *rural privado* da região metropolitana verifica-se um crescimento de população da ordem de 3,8%a.a., como indica a Tabela 3.

Tabela 3. Rio Grande do Sul. Evolução da população total da região metropolitana de Porto Alegre, segundo novas aberturas - 1992/99. (1.000 pessoas)

Região Metropolitana	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxas de crescimento % aa	
								1992/99	1996/99
Urbano exclusive	2.840	2.855	2.943	2.983	3.027	3.025	3.097	1,2***	1,1**
Periferia	74	86	98	92	94	116	102	4,8***	5,3
Distritos e Povoados	33	40	38	47	49	48	39	3,6*	-5,5
Rural privado	105	111	112	116	114	140	137	3,8***	7,2*
TOTAL	3.051	3.093	3.191	3.237	3.284	3.329	3.374	1,5***	1,4***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Tabela 4. Rio Grande do Sul. Evolução da população total da região não-metro, segundo novas aberturas. 1992/99 (1.000 pessoas).

Região Não-Metropolitana	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxas de crescimento % aa	
								1992/99	1996/99
Urbano exclusive	3.979	4.100	4.257	4.322	4.376	4.414	4.488	1,7***	1,2***
Periferia	203	203	217	221	244	240	234	2,7***	1,6
Distritos e Povoados	24	26	30	33	30	25	29	1,9	-5,2
Rural privado	1.990	1.923	1.876	1.865	1.853	1.883	1.870	-0,8***	0,2
TOTAL	6.196	6.253	6.381	6.441	6.503	6.563	6.622	1,0***	0,9***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Outro aspecto que vale a pena ser ressaltado refere-se à população que reside em áreas denominadas como *distritos e povoados*, que em 1991 podem ter sido classificadas como rurais e em 2000 como urbanas, dada a provável atualização dos perímetros urbanos, antes indicada. Este é, provavelmente, o caso da população dos 164 novos municípios gaúchos que

foram criados depois da realização do Censo Demográfico de 1991. Em 1991 boa parte da população destas localidades foi contada como rural. Já no censo de 2000, após a emancipação e a delimitação do perímetro urbano, passaram a ser parcela da população considerada como urbana. Esta é a razão pela qual na Tabela 3, acima, verifica-se uma relativa estagnação na evolução da população domiciliada em áreas definidas como nos *distritos e povoados* situados na região não-metropolitana, entre 1992 e 1999, que são sempre as localidades que buscam organizar processos de emancipação política.

Estes indicadores demográficos permitem afirmar que não obstante estar ocorrendo um arrefecimento do fenômeno de “metropolização” da população nos últimos anos, é a região rural não-metropolitana, sobretudo aquela definida como *rural privado*, que continua a expulsar habitantes para a zona urbana. A absorção desta população de origem rural ainda é feita, majoritariamente, pelas áreas urbanas, quer sejam metro ou não-metropolitanas, em proporções quase iguais. Embora pouco significativo em termos absolutos (em face a população rural não-metro, que em 1999 era de 1,8 milhão), o aumento da população com domicílio rural em áreas metropolitanas (4,6% a.a.), que passou de 120 para 164 mil entre 1992-1999, não pode ser considerado desprezível.

4. As mudanças no perfil da PEA ocupada no Rio Grande do Sul

A partir destas considerações preliminares sobre a dinâmica populacional do Rio Grande do Sul pretende-se, a seguir, relacionar este processo ao mercado de trabalho e ao emprego da população economicamente ativa (doravante PEA), sobretudo aquela de domicílio rural. Antes, porém de discutir em detalhe os aspectos exclusivamente relacionados à dinâmica do mercado de trabalho rural, pretende-se fazer um breve comentário sobre a composição da PEA gaúcha. A Tabela 5, a seguir, apresenta um quadro síntese de como é constituída e distribuída a força de trabalho ativa no Estado. A primeira observação que pode-se extrair desta Tabela é que na década de 1990 a variação da PEA total foi inferior a variação demográfica, pois a PEA aumentou em 1,1% a.a. e a população total cresceu apenas 0,5% a.a.. Outra verificação é que a PEA urbana, que representa mais do que o dobro da rural, também continuou crescendo de forma mais rápida do que a rural. E, finalmente, uma terceira e última

observação indica que a PEA metropolitana é que aumentou de modo mais consistente na década, registrando um crescimento de 1,3%a.a..

Tabela 5. Rio Grande do Sul. População total, rural e urbana, PEA total, urbana, rural, metro e não-metropolitana - 1992-99. (1.000 pessoas).

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxas de crescimento % aa	
								1992/99	1996/99
PEA Total do RGS	4.527	4.503	4.575	4.562	4.622	4.648	4.660	0,5***	0,7**
Total da PEA Urbana	3.265	3.301	3.407	3.385	3.483	3.486	3.518	1,1***	1,2**
Total da PEA Rural	1.261	1.202	1.168	1.178	1.139	1.162	1.142	1,3	-0,7
Total da PEA metro	1.386	1.385	1.458	1.447	1.474	1.484	1.519	1,3***	1,5***
Total da PEA não-metro	3.141	3.118	3.117	3.116	3.148	3.164	3.141	0,1	0,3

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Para melhor compreender o que ocorreu com a PEA rural é preciso observar que entre 1992 e 1999 houve uma redução de 2,6% ao ano do número de ativos ocupados em atividades agrícolas, passando de 964 mil ocupados em 1992 para 789 em 1999, o que representa uma perda de 174,64 mil ocupações, conforme indica a Tabela 6, a seguir.

Tabela 6. Rio Grande do Sul. População e PEA rural ocupada segundo ramos de atividades. 1992-1999 (1.000 pessoas)

PEA rural	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Tx crescimento % aa	
								1992/99	1996/99
Total da PEA Rural	1.261	1.202	1.168	1.178	1.139	1.162	1.142	1,3	-0,7
Agricultura	964,02	915,61	882,19	872,39	815,25	833,62	789,38	-2,6***	-2,7*
Não-Agricultura	297,13	286,27	285,85	305,45	324,06	328,47	352,37	2,7***	4,5***
Total da PEA Rural Ocupada	1.261	1.202	1.168	1.178	1.139	1.162	1.142	1,3	-0,7
PEA Rural Metro Ocupada	61,77	63,61	65,36	66,44	70,41	73,16	75,54	2,9***	4,3***
Em atividades Agrícolas	23,02	25,81	26,27	24,08	21,46	20,93	23,26	-1,7	-1,3
Em atividades Não-Agrícolas	38,75	37,80	39,09	42,35	48,95	52,23	52,28	5,3***	7,2**
PEA Rural Não-Metro Ocupada	1.199,37	1.138,27	1.102,67	1.111,41	1.068,91	1.088,93	1.066,21	-1,4***	-1,1
Em atividades Agrícolas	941,00	889,80	855,91	848,31	793,79	812,69	766,12	-2,6***	-2,8*
Em atividades Não-Agrícolas	258,38	248,47	246,76	263,10	275,12	276,24	300,09	2,2***	4,1**

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Não obstante a redução dos ativos ocupados em atividades agrícolas, em seu conjunto, a PEA rural apresentou uma relativa estabilidade na década de 1990 que deve-se ao crescimento expressivo do número de ativos que têm domicílios em áreas rurais mas estão ocupados em atividades não-agrícolas. A PEA rural gaúcha ocupada em atividades não-agrícolas aumentou de 297 mil em 1992 para 352 mil em 1999 (o que corresponde a um aumento de 55,24 mil ocupações), registrando uma taxa anual de crescimento de 2,7% entre

1992 e 1999 e de 4,5% a.a. quando tomados apenas os anos entre 1996 e 1999. Esta verificação subscreve uma das principais conclusões apontadas em trabalhos anteriores do Projeto Rurbano (Schneider e Navarro, 2000; Campanhola e Graziano da Silva, 2000); qual seja, a de que está em curso uma diminuição do número de ativos nas áreas rurais brasileiras. No Rio Grande do Sul, em particular, a redução dos ativos ocupados em atividades agrícolas ocorreu principalmente nas áreas rurais não-metropolitanas, onde se verificou uma queda de 2,6%a.a. entre 1992-99, conforme indicado na Tabela 6, acima.

Uma análise cuidadosa das informações sobre a PEA rural não-metro permite afirmar que a redução dos ativos rurais (-1,4% entre 1992-99) concentra-se nas atividades agrícolas, pois nas atividades não-agrícolas verificou-se um aumento de 2,2% a.a., entre 1992-99. Quando se compara o desempenho ocupacional levando-se em consideração os cortes censitários metro e não-metropolitana percebe-se que a redução das ocupações agrícolas ocorre em ambas as situações da população com domicílio rural (metro e não-metro, 1,7%a.a. e 2,6%a.a., respectivamente, entre 1992-99), ao passo que as atividades não-agrícolas crescem significativamente nas áreas rurais metro e não-metropolitanas (5,3% a.a. e 2,2%a.a., respectivamente, entre 1992-99 – sem mencionar a tendência positiva que é apontada quando considerada apenas a taxa de crescimento da segunda metade dos anos noventa).

Tabela 7. Rio Grande do Sul. Taxas de crescimento da PEA metropolitana e não metropolitana por situação de domicílio 1992/99.

Sub-Áreas	Metropolitano (1992/1999 % a.a.)	Não-Metropolitano (1992/1999 %a.a.)
Urbano Exclusive	1,1***	0,9***
Periferias	3,9***	3,8***
Distritos e Povoados	5,2***	-3,6
Rural Privado	2,3***	-1,4***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

A dinâmica ocupacional da população rural pode ser ainda analisada a partir dos novos cortes censitários introduzidos pelo Projeto Rurbano. Neste caso, verifica-se que na região metropolitana as áreas denominadas de *distritos e povoados* e *as periferias* registraram as maiores taxas de crescimento da PEA, 5,2% a.a. e 3,9%a.a., respectivamente, no período entre 1992 e 1999. Já na região não-metropolitana a PEA cresceu mais intensamente nas periferias (3,8%a.a. entre 1992-99). Na Tabela 7, acima, chama atenção o crescimento de 2,3% a.a. da

PEA nas áreas metropolitanas consideradas *rural privado* assim como a sua redução na área não-metropolitana (-1,4%a.a.).

A partir desta caracterização mais geral da dinâmica demográfica e ocupacional da população rural do Rio Grande do Sul pretende-se, nas seções seguintes, discutir com maior ênfase o comportamento do emprego em atividades agrícolas e não-agrícolas da população rural do Estado.

5. A evolução ocupacional da população rural gaúcha na década de 1990

Para efeito deste trabalho serão consideradas atividades agrícolas aquelas relacionadas ao trabalho nas diferentes tarefas relacionadas a agropecuária e atividades não-agrícolas todas as demais formas de ocupação do trabalho. Após tecer considerações gerais sobre o mercado de trabalho rural gaúcho pretende-se especificar em maior detalhe a ocupação da população com domicílio rural em atividades agrícolas e não-agrícolas analisando as aberturas por ramos, setores e ocupações individuais. Na seqüência, utilizar-se-á o corte metro e não-metropolitano e se privilegiará as aberturas rural metro e rural não-metro e dentro de cada uma delas o sub-nível *rural privado*. A justificativa para esta escolha reside no fato de que o interesse maior deste trabalho está em refletir sobre a dinâmica do mercado de trabalho rural, sendo portanto necessário contar com os cortes censitários que melhor alcançam este universo da população gaúcha.

Tabela 8. Rio Grande do Sul. Total da PEA rural ocupada, PEA Rural das regiões metro e não-metro segundo ramos de atividades - 1992-99. (1.000 pessoas).

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Tx. crescimento a. a.	
								1992/99	1996/99
Total PEA Rural Ocupada	1.261	1.202	1.168	1.178	1.139	1.162	1.142	1,3	-0,7
PEA Rural Metro Ocupada	61,77	63,61	65,36	66,44	70,41	73,16	75,54	2,9***	4,3***
Em ativ. Agrícolas	23,02	25,81	26,27	24,08	21,46	20,93	23,26	-1,7	-1,3
Em ativ. Não-Agrícolas	38,75	37,80	39,09	42,35	48,95	52,23	52,28	5,3***	7,2**
PEA Rural Não-Metro Ocupada	1.199,37	1.138,27	1.102,67	1.111,41	1.068,91	1.088,93	1.066,21	-1,4***	-1,1
Em ativ Agrícolas	941,00	889,80	855,91	848,31	793,79	812,69	766,12	-2,6***	-2,8*
Em ativ. Não-Agrícolas	258,38	248,47	246,76	263,10	275,12	276,24	300,09	2,2***	4,1**

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

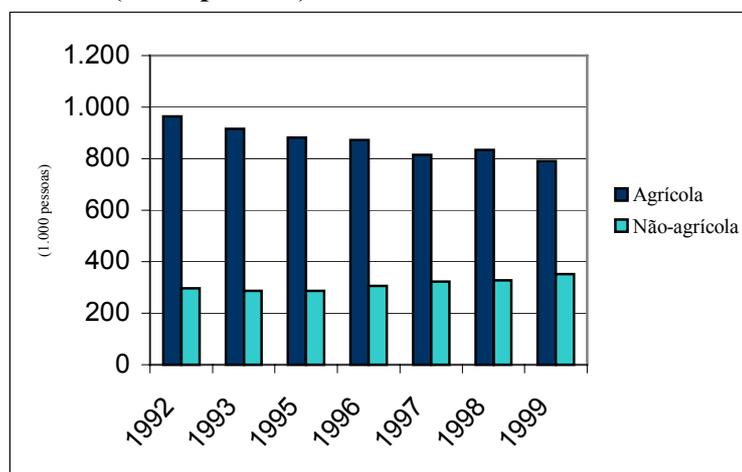
***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

A primeira observação que cabe ser feita com relação ao desempenho do mercado de trabalho rural gaúcho é que o seu tamanho parece não ter sofrido alterações muito

significativas na década 1990. A Tabela 8, acima, mostra que a PEA rural ocupada em 1992 era de 1,261 milhões e em 1999 era de 1,141 milhão de pessoas, o que indica uma pequena queda, que inclusive não chega a alcançar os níveis de significância requeridos pelos testes de regressão que foram adotados.

O Gráfico 5, a seguir, ilustra de forma eloqüente a dinâmica diferenciada do mercado de trabalho rural do Rio Grande do Sul ao indicar uma diminuição continuada da PEA rural ocupada em atividades agrícolas, que foi de 2,6%a.a. entre 1992 e 1999, e um aumento significativo da PEA domiciliada no meio rural ocupada em atividades não-agrícolas, que foi da ordem de 2,7%a.a., no mesmo período.

Gráfico 5. Rio Grande do Sul. Evolução da PEA rural ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas - 1992/99. (1.000 pessoas).



Fonte: tabulações especiais Projeto Rurbano IE-Unicamp Setembro 2000

A partir da introdução das novas aberturas censitárias, conforme indicado na metodologia, torna-se possível analisar a dinâmica do mercado de trabalho rural por um ângulo ainda pouco explorado. A Tabela 9, a seguir, apresenta as taxas de crescimento anuais das atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas metropolitanas e não-metropolitanas. Esta Tabela revela que em todos os cortes censitários verifica-se uma queda do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, inclusive nas áreas denominadas de *rural privado* onde se localizam, majoritariamente, os estabelecimentos agropecuários e quase inexistente aglomeração de domicílios (mais de 10 e menos de 50 domicílios).

Tabela 9. Rio Grande do Sul. Taxas de crescimento da PEA metro e não-metro por situação de domicílio e atividades 1992/99.

Áreas	Metropolitana (1992/1999 %a.a.)		Não-Metropolitana (1992/1999 %a.a.)	
	agrícolas	não-agrícolas	agrícolas	não-agrícolas
Urbano Exclusive	-1,9	1,2***	-3,4***	1,2***
Periferias	-	4,0***	-1,8	5,6***
Distritos e Povoados	-	5,7***	-	3,2
Rural Privado	-1,6	5,1***	-2,6***	2,2***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Outra característica, saliente nesta Tabela, refere-se ao crescimento positivo, em todas as situações, metro e não-metropolitana, das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas. Merecem destaque, obviamente, as taxas relativas registradas nas áreas *rural privado*, onde o aumento foi de expressivos 5,1%a.a. na região metro e de 2,2%a.a. na região não-metropolitana³.

6. O desempenho do emprego agrícola segundo ramos, setores e ocupações principais

A partir desta análise mais abrangente sobre o mercado de trabalho rural e suas implicações sobre as ocupações agrícolas e não-agrícolas, apresenta-se a seguir um conjunto de informações que pretendem contribuir na localização de possíveis explicações para a queda do emprego agrícola e o crescimento das ocupações em atividades não-agrícolas no espaço rural gaúcho ao longo da década de 1990.

Entre estas informações salientam-se aquelas relacionadas a determinados setores produtivos da agropecuária gaúcha, tais como os mencionados na Tabela 10, abaixo. A redução dos ativos ocupados em atividades agrícolas pode ser explicada pelo fato de que nas atividades de produção de grãos, como milho e soja, e na fumicultura do Rio Grande do Sul predominam os agricultores familiares, que são contados pela PNAD como ocupados por conta-própria (no caso do chefe do domicílio) e trabalhadores rurais (que são os demais membros não remunerados da família como as esposas, os filhos e outros).

Na década de 1990, os cereais e a fumicultura, que respondem por uma parcela importante do emprego agrícola gaúcho, foram afetados por uma série de condicionantes que

³ Uma análise mais detalhada da dinâmica das ocupações rurais em atividades não-agrícolas do mercado de trabalho rural gaúcho pode ser encontrada em Schneider (2002).

ocasionaram esta redução ocupacional. O dados apresentados na Tabela 10, mostram que no período entre 1992 e 1999 houve uma queda do número de ativos ocupados em setores de atividades agrícolas como a soja, o fumo, cujo nível de ocupação diminuiu 6,1% a.a. e 5,6% a.a., respectivamente, o que representa uma redução de 169 mil ocupados somente nestas duas culturas. Tomando-se apenas os anos finais da década de 1990, percebe-se que esta redução atingiu praticamente todas as culturas importantes da agropecuária gaúcha, exceto a avicultura.

Tabela 10. Rio Grande do Sul. Evolução da PEA rural total segundo situação de domicílio, ramos e setores de atividades agrícolas. 1992-99 (1.000 pessoas)¹

Setor Agrícola Principal	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Tx. crescimento a. a.	
								1992/99	1996/99
Soja – cultura de	308	281	255	264	217	233	181	-6,1***	-10,1*
Fumo – cultura de	114	102	84	88	92	76	72	-5,6***	-7,6*
Produção de verduras	24	18	69	70	45	50	38	11,6*	-15,4*
Aves – criação de	15	14	16	12	21	25	21	7,3*	19,4
Sub –Total Agrícola	961	906	879	886	807	828	785	-2,6***	-2,7*

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Entre as razões explicativas pode-se destacar os efeitos da abertura comercial do início da década, que teve repercussão sobre a queda dos preços dos produtos agrícolas, a diminuição do crédito agrícola e a redução dos instrumentos estatais de apoio à agricultura e o próprio aprofundamento tecnológico, que ao modernizar estas atividades produtivas provocou a redução do uso de força de trabalho, o que resulta na diminuição da contratação de mão-de-obra fixa (empregados assalariados) ou da utilização dos membros das famílias (trabalhadores rurais), conforme se verá mais adiante.

Tabela 11. Rio Grande do Sul. Evolução da PEA rural não-metropolitana segundo situação de domicílio, ramos e setores - 1992-99¹ (1000 pessoas)

Setor Agrícola Principal	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Tx. crescimento a. a.	
								1992/99	1996/99
Milho – cultura de	143	127	150	126	101	100	102	-5,2***	-6,1
Culturas diversas	137	138	81	102	95	131	97	-3,6	1,9
Produção verduras	22	17	66	68	43	48	37	12,1*	-15,9*
Aves – criação de	14	14	15	12	20	24	20	7,6*	20,5
Sub-Total Agrícola Não-Metro	941	890	856	848	794	813	766	-2,6***	-2,8*

¹ A Tabela não contém todas as atividades e ramos, somente as que crescem mais. Os totais são somas dessas atividades com as demais.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Quando se toma somente a evolução da PEA rural não-metropolitana⁴, indicada na Tabela 11, acima, a cultura do milho desponta como um dos setores que mais reduziram o nível de ocupação agrícola, pois houve uma queda de 41 mil pessoas somente nesta atividade entre 1992 e 1999, o que representou uma queda de 5,2%a.a.. Esta redução no número de ativos das principais culturas de lavoura da agricultura gaúcha decorre de um conjunto de transformações estruturais que estão afetando a agropecuária do Rio Grande do Sul no período recente. Entre os principais fatores cabe citar a perda da competitividade da agricultura gaúcha em relação aquela de outras regiões do Brasil, sobretudo no Norte e Centro-oeste, e do exterior, como no caso dos países do Mercosul. Esta perda de competitividade está relacionada a fatores de ordem tecnológica, comercial, cambial e produtiva (Benetti, 2000; Fligenspan, 2000).

Como fator adicional, cabe ser ressaltado que as transformações do mercado de trabalho rural do Rio Grande do Sul ocorrem, de fato, nas áreas rurais da região não-metropolitana nos espaços definidos como *rural privado*. Conforme pode ser visto na Tabela 12, abaixo, é nas áreas onde predominam os estabelecimentos agropecuários e as atividades agrícolas *stricto sensu* que se verifica uma queda maior nos níveis de ocupação agrícola da população. Para confirmar esta observação basta uma simples comparação entre os dados da Tabela 12, a seguir, com a Tabela 10 anterior, para se perceber que a variação negativa do emprego agrícola registra índices relativos muito próximos nos dois casos. Esta coincidência poder ser interpretada como uma relação estreita da PEA rural em geral com a PEA rural não-metropolitana domiciliada nas sub-áreas *rural privado*; ou seja, os espaços que estão sendo denominados de rurais são, de fato, áreas onde predominam os estabelecimentos agropecuários privados e a produção agrícola.

Tabela 12. Rio Grande do Sul. Evolução da PEA rural não-metro da área rural privado, segundo situação de domicílio, ramos e setores. 1992-99 (1.000 pessoas)

Setor Agrícola Principal	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Tx. crescimento a. a.	
								1992/99	1996/99
Soja – cultura de	307,69	280,88	255,39	263,68	217,05	232,92	180,63	-6,1 ***	-10,1 *
Milho – cultura de	143,47	126,79	149,55	126,06	100,91	99,67	102,49	-5,2 ***	-6,1
Culturas diversas	137,31	137,59	81,10	101,77	94,71	130,99	97,40	-3,6	1,9
Fumo – cultura de	114,33	101,78	83,99	87,90	91,91	75,75	71,91	-5,6 ***	-7,6 *

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RÚRBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

⁴ Em razão de serem estatisticamente pouco expressivos, decidiu-se não incluir as Tabelas sobre a evolução da ocupação agrícola segundo os diferentes ramos e setores da atividade agrícola da PEA rural total metropolitana e da PEA rural metropolitana nas áreas rural privado.

As correlações estabelecidas entre emprego e agricultura a partir da análise dos principais ramos e setores de atividades também se refletem sobre as principais ocupações individuais. A Tabela 13, a seguir, traz informações acerca da evolução das principais ocupações agrícolas ao longo da década de 1990. Somente os ocupados como trabalhadores rurais reduziram-se em 111 mil pessoas, entre 1992 e 1999. Segundo a classificação da PNAD, trabalhadores rurais são os membros das famílias que fornecem ajuda nos momentos de maior demanda de mão-de-obra (colheita e plantio) de culturas como a soja, o fumo, etc. Outra ocupação que reduziu-se no meio rural gaúcho foi a dos agricultores por conta-própria (que em geral são os chefes de famílias de pequenas propriedades que trabalham em seu próprio estabelecimento), que teve uma queda de 43 mil ocupados no mesmo período. A terceira ocupação que reduziu-se em maior número é formada pelos empregados agrícolas (contratados e assalariados rurais), que diminuiu em cerca de 9 mil pessoas.

Tabela 13. Rio Grande do Sul. Evolução da PEA rural total das principais ocupações das pessoas ocupadas na atividade agrícola-1992-99 (1.000 pessoas)

Ocupação Agrícola Principal	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Tx. crescimento a. a.	
								1992/99	1996/99
Trabalhador rural	552,64	517,21	484,30	498,70	439,34	458,65	441,30	-3,0***	-3,2
Agricultor conta própria	326,15	329,71	328,02	317,30	293,29	323,26	283,12	-1,7**	-2,4
Empregado agrícola	21,50	18,40	17,83	12,39	20,50	10,28	12,09	-7,9**	-7,3
Total da PEA Rural Agrícola	964,02	915,61	882,19	872,39	815,25	833,62	789,38	-2,6***	-2,7*

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RÛRBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***,**, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Esta redução do emprego agrícola pode ser atribuída a crise de setores tradicionais da agropecuária gaúcha que são demandantes deste tipo de mão-de-obra como a orizicultura (particularmente devido a crise enfrentada na primeira metade da década de 1990) e a fumicultura. A orizicultura irrigada, situada nas regiões Sul, Fronteira Oeste e parcela da Depressão Central do Estado, foi fortemente afetada em dois momentos na década de 1990. Primeiro quando houve a abertura comercial promovida pelo governo Collor de Melo, no início da década, mediante a abertura do mercado brasileiro às importações de arroz que vinha tanto dos países do Mercosul como do Sudoeste Asiático. O segundo momento de crise ocorreu com a decretação do Plano Real, em 1994, que ao instituir uma política cambial ancorada ao dólar acabou comprometendo as condições de competitividade da lavoura gaúcha

em face aos seus tradicionais concorrentes⁵. Como resultado desta crise do arroz assistiu-se ao endividamento dos produtores, especialmente aqueles de maior porte que operavam com base na contratação de trabalho assalariado. Em relação ao fumo a situação é um pouco distinta embora sua retração seja decorrente dos mesmos fatores que afetaram a orizicultura. A diferença, contudo, está no fato de que a cultura do fumo, praticada em pequenas propriedades (até 50 ha) na região do Vale do Rio Pardo, não opera com o assalariamento fixo de trabalhadores mas com a contratação temporária no período da colheita. Estima-se que anualmente o número destes contratos temporários para classificação do fumo chegam a 5 mil trabalhadores, que no geral são agricultores familiares.

8. Conclusão

A análise da evolução demográfica da população gaúcha na década de 1990, com base nos dados da PNAD, permitiu identificar duas características principais. Primeiro, nos anos noventa, a taxa de crescimento demográfico do Rio Grande do Sul foi proporcionalmente inferior àquela de décadas anteriores, pois neste período a população gaúcha cresceu apenas 1,1%a.a.. Segundo, quando se separa a população rural segundo os cortes metro e não-metropolitana verifica-se que nas áreas rurais metropolitanas houve aumento de 44 mil pessoas, significando uma elevação de 4,6%a.a. entre 1992-99, ao passo que nas áreas rurais não-metropolitanas ocorre uma redução de 120 mil pessoas (queda de 0,4%a.a.). Isto permite afirmar que as áreas rurais não-metropolitanas são as responsáveis pela expulsão populacional que ainda existe no Rio Grande do Sul. Ao longo do relatório verificou-se que este pequeno êxodo ainda existente nas áreas rurais, na verdade, ocorre naqueles espaços definidos como *rural privado*, onde predominam os estabelecimentos agropecuários de caráter privado.

Em relação à diminuição dos ativos rurais ocupados nas atividades agrícolas e sua concentração nos espaços definidos como *rural privado* da área não-metropolitana, as idéias discutidas no trabalho remetem a um conjunto de explicações que estão relacionados fundamentalmente as transformações estruturais da agricultura do Rio Grande do Sul

⁵ Isto sem considerar os impactos decorrentes dos acordos comerciais assinados no âmbito do Mercosul, que favoreceram largamente os produtores de arroz do Uruguai. Na verdade, a política de cotas de importação fixadas nos acordos entre Brasil e Uruguai fez com que muitos produtores gaúchos de arroz se estabelecessem do outro lado da fronteira do Chuí, onde as terras eram mais baratas, mais produtivas e os preços de venda mais favoráveis.

decorrentes dos avanços do progresso tecnológico. Acredita-se que haja uma relação direta entre os efeitos do desenvolvimento tecnológico, que aparece plasmada no aumento da produção e da produtividade da agropecuária, que tem provocado uma redução gradual e consistente do emprego e das ocupações rurais agrícolas no período recente.

9. Bibliografia

- BENETTI, M.D. Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul nos anos 90: concentração, centralização e desnacionalização. In: FLIGENSPAN, F.B.(Coord.) **Economia Gaúcha e Reestruturação nos Anos 90**. Porto Alegre, FEE, 2000, p. 63-117.
- BERQUÓ, E. Uma nova onda para atropelar os direitos reprodutivos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, V. 7, N. 1, p. 87-94, jan/jun, 1990.
- CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.). **O Novo rural brasileiro**. Jaguariúna/SP, Embrapa Meio Ambiente, 2000, 4 Volumes.
- DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995**. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia da UNICAMP, Tese (Doutorado em Economia), 222 p.,1999.
- FLIGENSPAN, F.B.(Coord.) **Economia Gaúcha e Reestruturação nos Anos 90**. Porto Alegre, FEE, 2000.
- GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M. E. A evolução do emprego não-agrícola no meio rural brasileiro. In : XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, **Anais...** Natal, Sober, 1997, p.759-785.
- GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M. E. O uso das PNADs para as áreas rurais. Campinas, Instituto de Economia da UNICAMP, Texto para discussão, 2001.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1)
- GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M. E. A mudança no conceito do trabalho nas novas PNADs. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.8, p.1-16, jun. 1997a.
- JARDIM, M.L.T. Dinâmica Demográfica do Rio Grande do Sul. In: FLIGENSPAN, F.B.(Coord.) **Economia Gaúcha e Reestruturação nos Anos 90**. Porto Alegre, FEE, 2000, p. 213-247.
- SCHNEIDER, S. Dinâmica econômica e formas de ocupação no Rio Grande do Sul: uma análise regional das atividades agrícolas e não-agrícolas. Porto Alegre, FAPERGS, Relatório de Pesquisa (Auxílio Recém-Doutor - ARD), Processo 00/1514.3, 2002.
- SCHNEIDER, S., NAVARRO, Z. Emprego agrícola e novas formas de ocupação no Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981 a 1997. In: CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G. (orgs.). **O Novo rural brasileiro**. Vol. 3. Embrapa/Unicamp, 2000, p. 15-48.